

Caderno 9

TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2013

Empresarial

PARÁ EMPREENDIMENTOS FINANCEIROS S.A. (Companhia fechada) CNPJ nº 08.108.954/0001-24			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
6. Investimento			
a) Composição do saldo: <u>31/12/2012</u> <u>31/12/2011</u>			
Participação em companhia controlada - Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	24.199 17.373		
b) Movimentação do investimento (provisão para perda em 31/12/2010) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:			
<u>31/12/2012</u> <u>31/12/2011</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.373 (6.044)		
Aporte de capital	10.000 32.257		
Equivalência patrimonial	(3.042) (8.857)		
Plano de opção de ações	22 17		
Passivo atuarial	(154) -		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	24.199 17.373		
c) Informação da controlada - posição em 31 de dezembro de 2012			
	Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.		
Capital social	73.046		
Quantidade de ações possuídas - Ordinárias	36.523.292		
Preferenciais	36.523.292		
Prejuízo do período	(3.042)		
Patrimônio líquido	24.199		
Participação no capital social - %	100		
Participação no patrimônio líquido	24.199		
Ativo circulante	6.439		
Ativo não circulante	29.383		
	35.822		
	Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.		
Passivo circulante	5.998		
Passivo não circulante	6.077		
Total do passivo	11.623		
Receita líquida	29.312		
Prejuízo do exercício	(3.042)		
7. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis, Depósitos Judiciais e Contingências			
A Companhia não é parte em ações judiciais e processos administrativos. Portanto, nenhuma provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi constituída.			
8. Patrimônio Líquido			
a) Capital social:	Ações ordinárias		
Emitidas em 1º de janeiro	2012 2011		
Emissão de ações	56.476 24.219		
Emitidas em 31 de dezembro	10.300 32.257		
Autorizadas sem valor nominal	66.776 56.476		
Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado da Companhia era de R\$66.776 (R\$56.476 em 31 de dezembro de 2011), representado por 66.775.951 e 56.475.951 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.			
b) Reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2012, o montante de reserva de capital era de R\$6.472, representado principalmente, pelo aumento de capital de 30 de abril de 2010, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no montante de R\$6.433.			
c) Outros resultados abrangentes: Benefício pós-emprego: Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial do benefício pós-emprego dos planos médicos (nota explicativa nº 10), obedecendo ao que determina o pronunciamento			
técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09.			
9. Prejuízo por Ação			
Prejuízo básico por ação: O prejuízo por ação básico foi calculado com base no prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e na respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:	<u>31/12/2012</u> <u>31/12/2011</u>		
	Ordinárias Ordinárias		
Prejuízo líquido	(3.124) (8.930)		
Quantidades de ações	66.776 56.476		
Resultado por ação básico	(0,04678) (0,15812)		
10. Passivos Atuariais - Benefício Pós-Emprego			
Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente, tiveram como premissas básicas em 31 de dezembro de 2012 o que segue: Taxa de desconto financeiro 4,0% a.a. Taxa inicial de crescimento dos custos médicos 6,61% a.a. Ano em que a taxa final é atingida 2062			
Com base no relatório do atuário independente, da sua controlada Convicon, o saldo do passivo atuarial resultante da avaliação atuarial do plano em 31 de dezembro de 2012 era de R\$233, sendo representado no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$154 (líquido de impostos).			
11. Instrumentos Financeiros			
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía em aberto contratos de instrumentos financeiros derivativos e nem de risco semelhante.			
Diretoria			
Antônio Carlos Duarte Sepúlveda Diretor-Presidente	Washington Cristiano Kato Diretor Econômico-Financeiro	Cairo Marcelo Morel Correa Diretor de Operações	Mauro Santos Salgado Diretor Comercial
Luiz Carlos Quene - TC/CRC 1SP192166/O-6-S-PA Diretor de Controladoria			
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis			
Aos Administradores e Acionistas da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. Belém - PA	e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.	Opinião	Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Examinamos as demonstrações contábeis da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.	Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.	Outros assuntos	Auditoria das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de Janeiro de 2012, o qual não conteve nenhuma ressalva. São Paulo, 31 de Janeiro de 2013
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis	Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 Walter Dalsasso Contador CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/PA	Deloitte.
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Responsabilidade dos auditores independentes			
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras			

CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 500121
CNPJ Nº 04.200.572/0001-75 - NIRE Nº 15.3.00013372
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social, no Distrito Industrial de Ananindeua, s/n, Setor I, Quadra 3, Lotes 4 e 5, Ananindeua - Pará, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 2012. Ananindeua, 13 de março de 2013. Ass. Conselho de Administração. (15, 18 e 19/03/2013).

POSTO MAGUARY COMÉRCIO VAREJISTA DE
COMBUSTÍVEIS LTDA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 500260
POSTO MAGUARY COMÉRCIO VAREJISTA DE
COMBUSTÍVEIS LTDA., torna público que recebeu da SEAMA/PMA a Licença Ambiental de Operação n.º 0128/2012 - DGA para comércio varejista de combustíveis e derivados do petróleo. O Posto localiza-se na Av. Cláudio Saunders (Estrada do Maguary), n.º 1069, Maguary - Ananindeua - PA. Processo n.º 00501/2012.

ESTALEIRO RIO MAGUARI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 500500

ESTALEIRO RIO MAGUARI, torna público que Protocolou em 28/11/2011, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/PA, sob o nº 35.190/2011, solicitação de renovação da Licença de Operação nº 0730/2010, para atividade de Fabricação de embarcações e de peças e acessórios (estaleiro), localizada à Estrada do Maracacuera km 05, s/n, Distrito de Icoaraci, Município de Belém/PA.



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE